

LITERATURA E CONHECIMENTO DOS «DIAS DE HOJE» (AQUILINO E ARNALDO)

HELENA CARVALHÃO BUESCU

Universidade de Lisboa
h.buescu@netcabo.pt

Resolvi escolher a novela *O Malhadinhas* para simbolicamente assinalar a homenagem a Arnaldo Saraiva, escolha esta que desejo, a todos os títulos, iluminante – como iluminante é o facto de que a figura sem dúvida paradoxal e até contraditória, em alguns aspectos, do mesmo Aquilino se possa ver subitamente re-interrogada e retirada do algum esquecimento a que nas últimas décadas tem sido votada, creio que por manifesta incompatibilidade com algumas das características mais salientes da nossa sociedade pós-moderna. Convém ter presentes as razões de tal incompatibilidade e interrogar, de forma séria, aquilo que ela nos diz não apenas sobre Aquilino mas ainda, e talvez sobretudo, sobre nós mesmos, a ideia que fazemos do que somos e a imaginação que temos daquilo que viremos a ser. É este conjunto de perguntas que gostaria de aqui deixar. Creio que elas quadram ao labor multifacetado de alguém que, como Arnaldo Saraiva, nunca se acomodou a olhar a literatura do lado de tudo quanto ficava instalado, e se deu ao trabalho de perguntar se uma literatura marginal não era também, e para começar, uma literatura marginalizada. Essa tensão, que recorro na leitora que então já eu era de Arnaldo Saraiva, gostaria de lha voltar a entregar neste momento.

A escolha de *O Malhadinhas* neste contexto é a meu ver de facto iluminante porque ela resume o essencial do labor aquiliniano, bem assim da forma como ele esclarece a imagem do país que foi: por um lado, a criação de um perfil humano denso que, na figura do almocreve Malhadinhas, condensa a substância da tradição picaresca, suspensa entre a transgressão, o riso e a reflexão crítica, quase filosófica na sua aparente rudeza; por outro

lado, a sábia criação de um espaço-tempo (uma outra «geografia sentimental», para citar outro título de Aquilino) que, na vila de Barreelas, permite reconhecer o mundo rural que, em meados do século XX, Portugal exibia ainda, antes de subitamente sofrer uma aceleração histórica que o faria entrar numa modernidade já quase pós-moderna. É do entrelaçar destes dois aspectos que se faz a ficção aquiliniana, aliás na linha daquilo que podemos considerar uma forte tradição da ficção portuguesa, de Camilo a Torga (cujo centenário também há pouco celebrámos): o homem encontra-se indissolivelmente ligado a um lugar matricial, com ele interagindo de forma a que nem o homem pode ser concebível sem referência a esse lugar que é o seu, e em que habita, ligado à terra, nem o lugar pode de facto existir independentemente das figuras que nele se agitam, tantas vezes laboriosamente construindo a sua vida e a sua morte.

Como em muitos outros romances de Aquilino Ribeiro, o lugar de Barreelas é n' *O Malhadinhas* o palco iluminado dentro do qual perpassa a galeria de diferenças fortemente marcadas que traçam para nós a memória do Portugal rural entretanto quase desaparecido – mas que ao mesmo tempo nos permitem reencontrar hoje, neste Portugal pós-aquiliniano, e sob roupagens diversas, muitos dos traços *sui generis* que *O Malhadinhas* recontava.

Isto significa reconhecer que Aquilino vale porque nos permite recuperar não apenas a memória de coisas que um dia foram e já não são, mas ainda (e talvez sobretudo) a memória de coisas e pessoas e até bichos que foram e são ainda, e provavelmente serão, anotando para nós as diferenças que se deixam ler e, por isso, se deixam interpretar. Um mundo laborioso e muitas vezes malicioso, feito de façanhas várias e de algumas patranhas – será esse um mundo irreconhecível por nós, afinal? É claro que hoje já não há almocreves «como antigamente»: mas quais foram as figuras do nosso quotidiano que lhes herdaram, pelo menos parcialmente, as funções? E como é que hoje pode ainda sobreviver aquele misto de experiência e narrativa que a figura do «pícaro-contador-de-histórias», o Malhadinhas, materializou? São estas questões que tornam hoje a leitura de Aquilino decisiva, ao lado de outros autores cuja experiência de interpretação, nas literaturas portuguesa e brasileira, o leitor privilegiado que Arnaldo Saraiva tem sido nos tem feito ir percebendo. Se quisermos colocar o problema como uma questão de identidade, que também o é (embora eu gostasse de sublinhar que a ele não se restringe), trata-se não apenas de por ele e com ele sabermos alguma coisa do que fomos, mas também alguma coisa do que *estamos a ser*. Sem essa memória, pessoal, cultural e colectiva, corremos o risco de deixarmos de poder, para citar José Mattoso, «identificar um país». É bom perceber que aquilo a que Mattoso chama a «identificação do país», que é a narrativa das condições políticas, históricas e sociais que conduzem à independência de Portugal, no século XII, e à sua afirmação identitária no século XIV, não é apenas algo que coloquemos definitivamente no nosso passado, como vislumbre daquilo a que não teríamos hoje acesso senão como um discurso retrospectivo. Pelo contrário. Para quem leu e compreendeu Mattoso, a «identificação desse país»

faz-se, ou precisamente *não se faz*, em cada um dos dias que passam, e ela diz-nos respeito, por isso, *hoje*. É esse o problema que precisamente Aquilino coloca, e a que toda a sua ficção quer responder. A sua narrativa tenta encontrar um antídoto, na interação atrás referida entre o homem particular e idiossincrático e o lugar em que habita, à verdade universal que, melancolicamente, no final da vida o Malhadinhas enuncia:

*Não tenho cataratas nos olhos, ainda que me hajam rodado sobre o cadáver quase dois carros de anos, mas os dias de hoje não os conheço. Ponho-me a cismar e não os conheço*¹.

Perder esta memória literária coincide também com uma des-identificação do país que, de ser o nosso, se transforma em país estrangeiro, com «dias» e lugares que cada um de nós deixa pouco a pouco de reconhecer.

Este diagnóstico seria pessimista no momento em que deixássemos de compreender que uma das vantagens da literatura é que ela arquiva, e por isso torna significativas, as diferenças que nos constituem enquanto humanos. Essas diferenças, arquivadas e transformadas por esse arquivo em memória literária, podem por exemplo receber nomes, e chamar-se então António Malhadinhas, Brízida, Bisagra, o Abade de Britiande, Ana Malaia. Ter a capacidade de ser um arquivo de diferenças *para o futuro* é, se pensarmos bem, uma enorme vantagem que qualquer sociedade, particularmente democrática, deveria e deve não apenas reconhecer, mas sobretudo acarinhar e até mesmo promover.

Os tempos vão de feição ao ascendimento de um imaginário mediático que parece acreditar que todas as diferenças sócio-culturais se podem neutralizar nos «5 minutos de fama» a que cada um teria direito durante a vida. A literatura é uma das formas mais poderosas inventadas pelos homens de fazer-nos entender quão restrita e quão pobre é essa neutralização, e quão rica, pelo contrário, é a nossa capacidade de pensarmos, e por isso integrarmos reflexivamente, aquilo que, nas nossas mesmas diferenças, faz de nós todos humanos. Era já esse o sentido da «máquina do mundo» camoniana, aliás.

A democracia tem à sua disposição, entre vários instrumentos poderosos, porque tendencialmente universais, de intervenção social, um que aqui muito especialmente me importa reter: o ensino. Tempos houve em que foi por ele que se construiu e cimentou o imaginário nacional, nomeadamente através da literatura. Não é esse hoje o seu papel fundamental. Hoje, o ensino e por isso também a democracia devem compreender que a literatura desempenha um papel decisivo no acesso a esse arquivo de diferenças que os humanos fizeram de si, diferenças históricas, geográficas, culturais, pessoais. Sem elas, o mundo a que o cidadão tem acesso é um mundo neutralizado e sobretudo padronizado, e por isso empobrecido, em torno de um ou dois modelos de vida, sem história nem memória. Esse seria certamente um mundo com um deficit democrático substancial,

¹ RIBEIRO, 1958: 13.

mesmo se formalmente as regras da democracia nele parecem agir. E esse seria certamente um mundo de uma cidadania menor.

Devemos dizê-lo (e repeti-lo) claramente: uma nação que não sabe valorizar a literatura (a sua mas também a dos outros, que é também sua) é uma nação que não pode deixar de falhar uma parte decisiva da sua preparação do cidadão de amanhã, responsável também cultural e artisticamente. Que a literatura não é apenas um discurso suplementar e ornamental, deu-o a ver todo o percurso ensaístico de Arnaldo Saraiva, entre vários outros – e a nossa melhor maneira de o homenagearmos é dizermos que continuamos a sabê-lo hoje, permitindo que amanhã outros o saibam melhor. A memória construída pelas diferenças arquivadas e mobilizadas dentro da literatura não é uma memória substituível por nenhuma outra. E é por isso que um ensino que vai pouco a pouco prescindindo da literatura é um ensino que, lamentavelmente, vai pouco a pouco prescindindo da arte e de uma real democracia. «Os dias de hoje», é também pela literatura que os podemos conhecer.

Bibliografia

RIBEIRO, Aquilino (1958) – *O Malhadinhas*. Lisboa: Liv. Bertrand.